

HOSPITAL E MATERNIDADE DOUTOR CHRISTÓVÃO DA GAMA S.A.

CNPJ/MF nº 57.482.903/0001-73 - NIRE 35.300.016.025

Relatório de Diretoria

Senhores acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos a apreciação de V.Sas., o balanço encerrado em 31 de dezembro de 2024 e demais demonstrações legais. Colocamo-nos à inteira disposição para os esclarecimentos julgados necessários.

Balanço patrimonial em 31 de dezembro - Em milhares de reais

Ativo	Nota	2024	2023	Passivo e patrimônio líquido
Ativo circulante				Nota 2024 2023
Caixa e equivalentes de caixa	5	47.615	53.699	Passivo circulante
Contas a receber de clientes	6	141.705	99.605	12 31.617 34.270
Estoques	7	7.413	8.332	Emprestimos e financiamentos CP
Tributos a recuperar	8	1.694	15.388	Obrigações sociais e trabalhistas
Outros créditos		8.732	6.220	Tributos a recolher c
Total do ativo circulante		207.159	183.244	14 37.169 24.803
Ativo não circulante				Tributos a recuperar d
Realizável a longo prazo				19 100.462 58.616
Depósitos judiciais	16	7.016	4.753	Outras contas a pagar e provisões
Tributos diferidos ATIVOS	20	35.362	38.082	15 18.423 33.515
Partes relacionadas	19	26.578	-	Passivo de arrendamentos
Total do ativo realizável a longo prazo		69.956	42.835	11 3.084 1.314
Imobilizado	9	56.066	53.597	Total do passivo e patrimônio líquido
Direito de uso	11	100.919	5.905	18 212.416 174.599
Intangível	10	73.570	73.621	Total do ativo
Total do ativo não circulante		299.511	173.598	506.670 359.202

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Hospital e Maternidade Doutor Christóvão da Gama S.A. ("HMG") é uma sociedade anônima de capital fechado com sede na Avenida Doutor Erasmo, 18, Santo André/SP. Entre os seus objetivos estão a prestação de serviços médicos, hospitalares em unidade especializada. O acionista controlador da HMG é a Biodynamo Empreendimentos e Participações S.A., que também é controladora da Imat, a Clínica de São Paulo, sediada no bairro da Liberdade, São Paulo, com 89% de participação. O 12% de participação restante pertencem ao Hospital Leopoldo Lefèvre, Sociedade anônima de capital fechado com sede na Rua Galvão Bueno, 257, Liberdade, São Paulo. A controladora Biodynamo é controlada pela Impar Serviços Hospitalares S.A., sociedade anônima de capital fechado com sede na cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo, Esta, por sua vez, é uma controlada da Diagnósticos da América S.A. (DASA), sociedade anônima de capital aberto com o seu registro concedido pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), em 5 de novembro de 2024 e registrada no Novo Mercado da B3 S.A. - Brasil, Balcão ("B3"), com sede em São Paulo. Em resumo, a Companhia é controlada indiretamente pela DASA e Amil (vide notas explicativas nºs 2 e 27 Eventos subsequentes).

2. PRINCIPAIS EVENTOS OCORRIDOS NO EXERCÍCIO

Acordo de associação entre DASA e Amil. Em 14 de junho de 2024, a DASA, controladora da Impar, assinou um Acordo de Associação com a Amil por meio do qual a Amil contribui ativos de hospitais e oncologia à Impar empresas de hospitalares e oncologia da DASA, tornando a Impar uma joint venture (empreendimento controlado em conjunto) com participações iguais de 50% do capital votante entre Amil e DASA e dando direitos para manter equipes de diretores, com 3 representantes de cada lado. A Amil também é controladora da Impar, que possui 50% das ações da DASA. O Acordo de Associação é válido para o período do Acordo de Associação. Para utilização do andamento da transação no exercício de 2025 vide nota explicativa nº 27. Eventos subsequentes.

Para maiores informações a respeito do Acordo de Associação, vide Fato Relevante - "Acordo de Associação em Hospitalares e Comunicado ao Mercado - "Apresentação DASA", divulgados pela Companhia em 14 de junho de 2024, assim como os demais Fatos Relevantes divulgados, todos disponíveis no site de Relações com Investidores ("RI") da DASA (www.dasa3.com.br).

3. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A demonstração financeira é apresentada no final de cada período em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

1.1. Base de elaboração e apresentação: As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os prazos contábeis definidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, que estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas e premissas e a Administração da Companhia utilizou julgamentos no processo de aplicação das políticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua e, quando necessário, são readjustadas e, eventualmente, reavaliadas.

1.2. Recomendações para leitura das demonstrações financeiras: As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente nas demonstrações financeiras. As áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas e críticas para as demonstrações financeiras, referem-se a: i) análise das perdas esperadas por crédito de liquidação divididas e contraprestação variável (nº 6) e

e) contraprestação variável (nº 6); ii) fato útil do ativo imobilizado (nota explicativa nº 10); iii) vida útil dos ativos intangíveis e teste de redução ao valor recuperável (nota explicativa nº 11); iv) teste de redução ao valor recuperável de imóveis e de terrenos (nota explicativa nº 12); v) reconhecimento e manutenção de provisões para demandas fiscais, previdenciárias, trabalhistas e civis (nota explicativa nº 17); e vi) reconhecimento de ativos fiscais difériveis (nota explicativa nº 20). As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico. Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia são revisados a cada data-base das demonstrações financeiras para apurar se há indicação de perda ou valor recuperável. Una vez que não houver indicação de perda, é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo e o valor a que menos custos de venda e de entrega é necessário para vender o ativo. Se for um instrumento patrimonial, não deve ser remunerada e a liquidação é contabilizada no patrimônio líquido.

1.3. Mudanças nas políticas contábeis e divulgações: As alterações nas normas vigentes em 2024: As seguintes normas, emendas às normas e interpretações a normas internacionais de relatório financeiro / International Financial Reporting Standards ("IFRS") emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB") vigentes em 1º de janeiro de 2024, não foram aplicadas: a) Alterações na IFRS 16 - Arrendamentos: classificação do passivo e de direitos financeiros; b) Alterações no IAS 1 - Apresentação das demonstrações financeiras; c) Alterações no IAS 2 - Inventários: contabilidade individual e de grupos; d) Alterações no IAS 16 - Arrendamentos: esclarecimentos sobre o passivo de arrendamento em uma transação de venda e relocação ("sale and leaseback"); Alterações no IAS 7 - Demonstração dos Fluxos de Caixa e IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: requisitos de divulgação específicos sobre acordos de financiamento de fornecedores com o objetivo de permitir aos investidores avaliar os efeitos sobre os passivos de uma entidade, os fluxos de caixa e a exposição ao risco de liquidez.

1.4. Alterações no IAS 20 - Empregos: classificações individuais, demonstrações separadas, demonstrações consolidadas a aplicação do método da equivalência patrimonial - Alterações no CPC 02 (P2) - Efeitos nos resultados das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis e CPC 37 (R) - Adição inicial das normas internacionais de contabilidade e IFRS 19 - Subsidiárias sem Obrigação Pública: Divulgação.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez e menor risco, que podem ser convertidos para o valor justo em até 90 dias, com risco insignificante, para os resultados das demonstrações financeiras. Os resultados das operações financeiras são representados, substancialmente, por recursos aplicados no Brasil, em instituições de investimento financeiro vinculadas à taxa de juros dos Depósitos Interbancários ("DI") e operações compromissadas.

Caixa e bancos 6.818 11.204

Operações compromissadas e CDBs (a) 40.797 42.495

Total 47.615 53.699

(a) As operações compromissadas e CDBs (Certificados de Depósitos Bancários) são remuneradas, na média, a taxa de 98,4% do CDI em 31 de dezembro de 2024 (94,3% em 31 de dezembro de 2023).

6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela prestação de serviços no seu valor histórico da transação, deduzidos das perdas estimadas de inadimplência e gastos. Para a análise de recuperabilidade do contas a receber de clientes, a Companhia aplica a abordagem de cálculo com base nas perdas estimadas a cada data-base das demonstrações financeiras. A Companhia utiliza uma metodologia para captura de deterioração da recuperabilidade do contas a receber que considera o histórico de recebimento e de perdas, sendo reconhecida provisão de crédito de liquidação divididas ("PECLD") em casos de inadimplência total. O valor estimado de deterioração do saldo, é feito o provisão contábil, conforme a seguinte fórmula:

6.7. ESTOCOS

Os estoques são avaliados com base no custo histórico, pelo menor valor entre o custo e o valor realizable líquido. O método de avaliação dos estoques é o da média ponderada móvel. Os estoques são utilizados integralmente no processo de realização de procedimentos hospitalares, itens de materiais hospitalares, medicamentos e materiais de consumo para serem utilizados com os pacientes atendidos no hospital. Os suprimentos farmacêuticos, clínicos e médicos têm data de validade atribuída pelo fabricante. A data de validade é estabelecida com base nos resultados dos testes de estabilidade obtidos na embalagem primária e na embalagem secundária. Todos os itens vendidos são baixados.

6.8. TRIBUTOS A RECUPERAR E A COMPENSAR

IRPJ a compensar 141.342 94.895

Pacientes particulares 11.690 2.574

Convênios 18.668 25.357

Total 171.700 122.266

Ponta esperada do edifício de clínicas 10.000 10.000

Ponta esperada de contraprestação variável (glossa) (27.927) (20.995)

Total contas a receber de clientes, líquido - Circulante 141.705 99.605

(a) A rubrica "Convênios a faturar" se refere a serviços prestados e não faturados no final do ano às operadoras de saúde. Esse valor é reconhecido líquido do efetivo esperado de créditos e perdas de glosas reconhecidas com base no preço estimado da transação considerando contraprestação variável, incluindo glosas. As contas a receber por vencimento apresentam-se da seguinte maneira:

2024 2023

Convênios 141.342 94.895

Pacientes particulares 11.690 2.574

Convênios a faturar (a) 18.668 25.357

Total 171.700 122.267

7. ESTOCOS

Os estoques são avaliados com base no custo histórico, pelo menor valor entre o custo e o valor realizable líquido. O método de avaliação dos estoques é o da média ponderada móvel. Os estoques são utilizados integralmente no processo de realização de procedimentos hospitalares, itens de materiais hospitalares, medicamentos e materiais de consumo para serem utilizados com os pacientes atendidos no hospital. Os suprimentos farmacêuticos, clínicos e médicos têm data de validade atribuída pelo fabricante. A data de validade é estabelecida com base nos resultados dos testes de estabilidade obtidos na embalagem primária e na embalagem secundária. Todos os itens vendidos são baixados.

7.8. TRIBUTOS A RECUPERAR E A COMPENSAR

IRPF a compensar 566 3.311

CSLL a compensar 100 1.046

PIS/COFINS a compensar 358 35.842

Créditos previdenciários a compensar (a) 630 11.101

Outros tributos a compensar 20 2.209

Total 1.964 15.388

(a) Referência a créditos tributários de contribuição previdenciária e INSS, baseado na revisão de verbas patronais e RAT.

9. IMOBILIZADO

O imobilizado é mensurado pelo custo histórico de aquisição ou construção, incluindo os gastos diretos de aquisição, custo de depreciação acumulada, se aplicável, perda redução ao valor recuperável. Custo subseqüente são capitalizados apenas quando ocorrem perdas significativas e permanentes. Os gastos diretos de aquisição, custos de construção e de depreciação são reconhecidos no resultado da demonstração do resultado do exercício.

10. PROVISÃO PARA DEMANDAS FISCAIS, PREVIDENCIÁRIAS, TRABALHISTAS E CÍVEIS

As provisões para demandas fiscais, previdenciárias, trabalhistas e cíveis são apresentadas para o período contábil, quando incorridos, pelo método do resultado da demonstração do resultado do exercício.

11. ATIVOS DE DIREITO DE USO E PASSIVOS DE ARRENDAMENTO

Um ativo de direito de uso é um passivo de arrendamento são reconhecidos quando um contrato de arrendamento transfere o direito de controle do uso de um ativo por um período determinado em troca de contraprestação. No início do contrato, é mensurado o valor presente do fluxo de caixa das contraprestações futuras do arrendamento, sendo o ativo e o passivo reconhecidos pelo mesmo período.

A amortização do ativo de direito de uso é reconhecida no resultado ao longo da vigência estimada do contrato e o passivo de arrendamento é reconhecido quando o valor do direito de uso é menor que o valor da contraprestação futura.

12. FORNECEDORES

Materiais 28.060 24.454

Serviços 2.915 2.616

Aquisição de ativo imobilizado 1.211 2.512

Parceramentos tributários a recolher (a) 65.248 79.511

Impostos municipais a recolher 2.270 2.273

Outros tributos a recolher 58 57

Total 81.558 92.832

(a) A Companhia não concede benefícios pós-emprego dos tipos Plano Gerador de Benefício Livre (PGLB), Vida Gerador de Benefício Livre (VGLB), previdência do tipo benefício dividido ou equivalente.

13. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

Refer-se às obrigações trabalhistas, seus respectivos encargos e benefícios de prazo curto a serem pagos.

14. MOVIMENTAÇÃO DA PERDA ESPERADA DE CRÉDITO DE CLIENTES E PROVISÃO PARA PERDA DE GLOSAS

Saldo inicial (23.022) (2.878)

(+) novas provisões constituidas (48.022) (55.986)

...continuação

HOSPITAL E MATERNIDADE DOUTOR CHRISTÓVÃO DA GAMA S.A. - CNPJ/MF nº 57.482.903/0001-73 - NIRE 35.300.016.025

Aos Diretores e Acionistas
Hospital e Maternidade Doutor Christóvão da Gama S.A.

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Hospital e Maternidade Doutor Christóvão da Gama S.A. ("Companhia" e "HMCG"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da Diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras:** A

Diretoria da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um nível alto de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as

normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em

continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Barueri, 8 de janeiro de 2026

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP207083/F-3

Jefferson Alves da Silva
Contador
CRC 1SP264861/O-9

Documento assinado digitalmente
conforme MP nº 2.200-2 de
24/08/2021, que institui a
Infraestrutura da Chaves Públicas
Brasileira - ICP-Brasil.



Esta publicação foi feita de forma 100% digital pela empresa
Diário de Notícias em seu site de notícias.

AUTENTICIDADE DA PÁGINA. A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo link <https://publilegal.diariodenoticias.com.br/>